**CIBERFEMINISMO EM REDES SOCIAIS, LUGAR DE FALA E MULTILETRAMENTOS CRÍTICOS**

**Terezinha Fernandes[[1]](#footnote-1)**

**Edméa Santos[[2]](#footnote-2)**

**Resumo**

Este artigo tem como objetivo compreender a relação entre as opressões e violências sofridas por mulheres debatidas em *live streaming* em redes sociais durante pandemia de COVID/19, buscando um diálogo entre gênero, raça e classe e a noção de lugar de fala relacionando aos multiletramentos críticos. O estudo foi desenvolvido com a abordagem multirreferencial, considerando os espaços de aprendizagens plurais e heterogêneos das redes sociais, com inspiração na etnografia na cibercultura, na qual cartografamos *lives* feministas, nos meses de março a junho de 2020, dialogando com o referencial teórico em estudo. Como resultados destacamos a importância da compreensão das dimensões das violências e desigualdades sofridas pelas mulheres enquanto questões estruturais históricas que geram as opressões, e que as lutas e resistências dos movimentos interseccionais possibilitam legitimar o lugar de fala destas mulheres. Concluímos que as experiências ciberfeministas em redes sociais são fundamentais para práticas sociais feministas de engajamento e enfrentamento ao problema e contribuem também para o desenvolvimento de multiletramentos críticos das praticantes que delas participam.

**Palavras-chave:** Ciberfeminismos. Lugar de Fala. Multiletramentos críticos. Redes sociais. Etnografia na cibercultura.

**1 Considerações iniciais**

No contexto de isolamento social da pandemia do coronavírus muitos desafios surgiram para que os processos de comunicação entre as pessoas pudessem ter continuidade em outros formatos que não a presencialidade e proximidade física, com isso, entraram em cena as atividades on-linena educação, em contextos de sociabilidade, entretenimento, trabalho e outros setores da sociedade.

Na área educacional intensificaram-se os debates em torno da educação a distância, educação on-line,ensino remoto, educação mediada por tecnologias e outros modos de conceituar o fenômeno, todavia, sem um consenso entre as instituições educacionais. Com as recomendações dos órgãos de saúde ao isolamento social, a mediação on-line foi feita com o uso de diversas plataformas, dispositivos, interfaces e linguagens da cibercultura.

A cibercultura para Santos; Santos (2012, p. 161) é a “cultura contemporânea estruturada pelas tecnologias digitais em rede”. Neste contexto a educação on-line como um fenômeno da cibercultura “é o conjunto de ações de ensino e aprendizagem ou atos de currículo mediado por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais e hipertextuais” (SANTOS, 2012, p. 37). Para a autora as potencialidades da educação on-line mediada pelas potencialidades do ciberespaço possibilitam processos interativos e interacionais de comunicação síncrona e assíncrona em que os praticantes geograficamente dispersos produzem, aprendem e colaboram em redes de conhecimentos e saberes, e neste contexto, localizam-se os movimentos ciberfeministas*.*

As práticas em redes sociaissão movimentos da sociedade em rede (CASTELLS, 2013), práticas dinâmicas que engendram valores e perspectivas de transformação social como marcas do século XXI. Estas práticas na e em rede, segundo o autor, são conflitivas por diversas razões: por serem enraizadas nas contradições do mundo atual; por instituírem novos rumos às mudanças sociais em curso, pois as relações de poder, controle, vigilância e violência são legitimadas pelo Estado; por possibilitarem a construção de significadas nas mentes das pessoas, pelos mecanismos de manipulação simbólica; por favorecer o exercício do contra poder, pelo movimento e interação das pessoas que habitam estes espaços e reivindicam a representação de valores e interesses.

Os movimentos ciberfeministas são caracterizados por Haraway (2009), como atuação de mulheres na “co-habitação” entre os meios tecnológicos e movimentos políticos e entre fronteiras de significados sobre os feminismos e suas reapropriações na internet. Estes movimentos de mulheres na internet marcam a quarta onda dos feminismos no Brasil.

 Para Buarque de Hollanda (2018), no pós-jornadas de junho de 2013, tais movimentos passam a ser plurais e ganham força a partir de 2015. É um coletivo compartilhado, ligado pelo afeto, sem lideranças claras, sem mediadores e que se faz ouvir com o domínio das redes sociais na internet. Para a autora, é um movimento horizontal, performático, com ocupações das ruas e das redes digitais, que converge novas gerações de pensadoras, filósofas, jornalistas etc, as quais convidam outras mulheres a saírem do lugar de silenciamento histórico para buscar seu espaço no contexto de marcadores de suas pautas sociais.

Um destes espaços de potencialidades e que emergiu com força durante a pandemia de COVID/19 foi o de *live streaming* em redes sociais, conforme Santos (2020), estas são transmissões síncronas de conteúdo de conteúdos individuais e/ou coletivos. Estas interfaces, segundo a autora, são espaços usados para diversos fins, possibilitando o engajamento, a interação, os comentários, as reações e o sentido do estar junto em potência por educadores, artistas, influenciadores digitais, empresários, políticos e coletivos ciberfeministas. E estas práticas ciberculturais são potencializadoras de conhecimentos e saberes que podem mobilizar multiteltramentos críticos (FERNANDES; CRUZ; SANTOS, 2020).

Podemos considerar multiletramentos (STREET, 2014), como práticas sociais em que os conhecimentos são resultantes dos modos como os sujeitos se relacionam com os contextos, os discursos produzidos, as relações de poder estabelecidas e o atravessamentos de suas múltiplas identidades, e estes processos contribuem para promover mudanças e transformações sociais. Assim, para Fernandes; Cruz; Santos (2020) este movimento que é de co-habitação do ciberespaço possibilita o desenvolvimento de conhecimentos e saberes que promovem mudanças sociais, compreendidos como multiletramentos críticos. E este espaço é também usado por mulheres feministas para a ampliação de enfrentamentos e resistências às relações de opressão vivenciadas historicamente.

Pensar tais questões a partir da noção de lugar de fala (RIBEIRO, 2017) é pensar em quem pode falar em uma sociedade patriarcal, racista e branca heterossexual, buscando desestruturar este regime de autorização discursiva para que mulheres tenham voz, no sentido das suas múltiplas existências, identidades e poderes dentro desta estrutura. Para Ribeiro (2017) o lugar de fala nas redes sociais digitais é de extrema importância, pois igualar o lugar de fala e representatividade entre uma multiplicidade de mulheres que buscam existir. Para a autora, nestes espaços das redes sociais a linguagem é um mecanismo de poder, uma prática política frente as insurgências e contra o modelo hegemônico. É também lugar de combate às desigualdades do capitalismo patriarcal, da opressão racial e do colonialismo.

Tais questões nos levaram a intenção de compreender a relação entre as opressões e violências sofridas por mulheres debatidas em *live streaming* em redes sociais durante pandemia de COVID/19, buscando um diálogo entre gênero, raça e classe e a noção de lugar de fala relacionando aos multiletramentos críticos. Para estruturar as discussões e reflexões feitas organizamos o artigo com a apresentação da abordagem multirreferencial, a etnografia na cibercultura, as práticas ciberfeministas discutidas a partir de *live streaming* em que discutimos as violências e opressões contra mulheres durante a pandemia, interseccionalidade e lugar de fala e as considerações finais em que apontamos possibilidades de desenvolvimentos de multiletramentos críticos.

**2 Percurso metodológico**

 Para o desenvolvimento do estudo nos inspiramos na abordagem multirreferencial (ARDOINO; BARBIER, 1998) para um olhar à realidade ou hipercomplexidade que intencionamos compreender. Para o autor,

[...] a abordagem multirreferencial propõe-se a uma leitura plural de seus objetos (práticos ou teóricos), sob diferentes pontos de vista, que implicam tanto visões específicas quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referências distintos, considerados reconhecidos explicitamente como não-redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO; BARBIER, 1998, p. 24).

Com o entendimento a partir de Ardoino; Barbier (1998) estamos considerando o ciberespaço como espaço multirreferencial de pesquisa e de aprendizagens, no qual as narrativas digitais, imagens e rastros dos praticantes culturais envolvidos em seus cotidianos de co-habitação destes espaço, produzem e partilham dados. Este espaço se torna um lugar praticado, lugar de experiência plurais e heterogêneas.

Para o desenvolvimento do estudo nos apoiamos na etnografia na cibercultura (PEREIRA, 2018) para compreender as complexidades emergentes nas redes sociais, imersas em práticas cotidianas de mulheres feministas ciberativistas no período de março a junho de 2020, contexto da pandemia do coronavírus. Pereira (2018) toma como referência a etnografia caracterizada por Geertz (2015) como uma descrição densa, na qual o pesquisador imerso no cotidiano do campo de estudo encontra estruturas conceituais complexas e entrelaçadas a outras, por isso, múltiplas e forjadas nos acontecimentos e fluxos (MACEDO, 2016), que por sua vez, possibilitam apropriações, resistências e negociações deslocando as fronteiras da limitação física e geográfica para a liberdade da atuação on-linecomo campo de possibilidades.

Pesquisar em ambientes digitais no ciberespaço é cada vez mais frequente na contemporaneidade. Nos estudos de Pereira (2018) a autora propõem uma etnografia na cibercultura, compreendendo-a como prática descritiva, cultural, sensível e aprendente, em que o próprio campo fornece pistas dos melhores caminhos para a prática etnográfica, e implicada com os acontecimentos e incertezas (MACEDO, 2016), na relação e interação com os interlocutores. Para Pereira (2018) a práxis etnográfica é dinâmica e caótica na cibercultura e as narrativas dos interlocutores circulantes no ciberespaço se multiplicam, com possibilidades interativas e autorais diversas, constituindo-se conforme Alves (2012) em redes educativas que atravessam as práticas de diversos grupos.

Nos estudos de Pereira (2018) o encontro etnográfico com os interlocutores e as interações que nele acontecem representaram oportunidades fecundas de questionamento, encantamento, estranhamento e aprendizagens, que possibilitam reconhecer afinidades e singularidades. A autora destaca que para Ardoino (2012) a experiência heterogênea e enriquecedora se dá no encontro com o outro, e na experiência como processo vivo que se busca, se faz e se cria o acontecimento, campo em que o pesquisador se encontra inserido e implicado na acontecimentalidade (MACEDO, 2016), exercitando a escuta sensível (BARBIER, 2002) abrindo caminho aos sentidos. Para Pereira (2018) no trabalho etnográfico se busca a compreensão e a descrição densa dos contextos culturais em uma perspectiva aberta e vinculante, sendo fundamental para compreender os campos simbólicos dos atores sociais.

Neste estudo buscamos compreender práticas ciberfeministas com a imersão nos acontecimentos produzidos por elas em redes sociais, em que o nosso encontro se deu pelas afinidades com as pautas em debate e, nessa acontecimentalidade, exercitamos a escuta sensível e as aprendizagens com e por meio das narrativas dos praticantes culturais (CERTEAU, 1998). Estas narrativas são processos vivos produzidas com e nas experiências e expressões heterogêneas nos permitem narrá-las fazendo bricolagens com outros fenômenos e acontecimentos.

Para apreender as operações cotidianas, como praticantes culturais, acompanhamos e aprendemos com o fenômeno *live streaming* no *Instagram,* de março a junho, 2020. Esta interface foi liberada na plataforma do *Instagram* em 2016 e além da transmissão ao vivo permite a gravação, para compartilhamento em outras plataformas. É importante destacar, que nem sempre elas são gravadas, seja por problemas técnicos ou por questões políticas de divulgação, o que consideramos uma grande perda, pela riqueza dos conteúdos que elas comportam.

Para Santos (2020) as *live streaming* em redes sociais são transmissões síncronas de conteúdo em forma vídeo on-line, individuais e coletivos. Para a autora estas interfaces são espaços de potencialidades para diversos fins, possibilitando o engajamento, a interação, os comentários, as reações e o sentido do estar junto em potência por educadores, artistas, influenciadores digitais, empresários, políticos e coletivos ciberfeministas.

Nestas práticas culturais complexas a multiplicidade de ideias e significados as constituem como sistemas simbólicos, nas quais diferentes pautas são debatidas por diversos grupos de mulheres. Para o registro destas *live streaming* recorremos a lógica da cartografia (MARTIN-BARBERO, 2004) por meio da qual é possível desenhar itinerários, captar singularidades, transitar pela transversalidade e ir além do horizonte previsível, em uma construção que é feita nos caminhos da pesquisa. A partir do olhar para o percurso vai se criando e inventando instrumentos para redirecioná-lo.

[...] a cartografia abriu-se a uma ambiguidade ilimitada, já que o que as tecnologias aclaram, no plano da observação e seu registro, é borrado pela estetização digitalizada de sua forma [...]. Uma lógica cartográfica que se torna fractal – nos mapas o mundo recupera a singularidade diversa dos objetos: cordilheiras, ilhas, selvas e oceanos – e se expressa textualmente, ou melhor, textilmente: em pregas e (de)ês-pregas, revéses, intertextos e intervalos (MARTIN-BARBERO, 2004, pp. 11-12).

Pela lógica cartográfica, renovar o mapeamento é fazer “minar as seguranças que o objeto próprio procura, abrindo orifícios por onde oxigenar o campo [...]” (MARTIN-BARBERO, 2004, p. 20), em um movimento que envolve subjetivação e escolhas dentre as diversas possibilidades que são produzidas no caminho percorrido.

O percurso de produção de dados nesta lógica cartográfica se deu para formar um mapa de perfis feministas no *Instagram,* neles e com eles cartografarmos *live streaming* realizadas no período de março a junho e organizá-las em torno de temáticas dos estudos feministas: Feminismos; Empoderamento; Lugar de fala; Interseccionalidade; Sororidade; Dororidade; Racismos; Literatura feminista; Violência contra a mulher; Saúde da mulher e outras. Para este texto selecionamos três temáticas para a discussão e reflexão.

**3 Práticas ciberfeministas*:* violências e opressões contra mulheres na pandemia, interseccionalidade e lugar de fala**

O diálogo com *live streaming* que apresentamos a seguir busca a compreensão das relações raciais, de gênero e classe que estruturam as desigualdades sociais e geram opressões e violências contra mulheres, as quais se tornaram mais visíveis durante a pandemia de COVID/19, pois, uma vez não consideradas estas interseccionalidades e atravessamentos das múltiplas identidades, se torna mais difícil considerar o seu o seu lugar de fala, noção fundamental para localizar socialmente estas mulheres.

Ribeiro (2017) define lugar de fala como o lugar social de autorização discursiva, em que mulheres se autorizam a falar, a contribuir para desnaturalizar lugares sociais, mostrando que é necessário cada vez mais se incomodar, se responsabilizar e assumir uma postura ética para debater a questão de gênero raça e classe. Para a autora é fundamental problematizar o lugar de fala na hierarquia social contemporânea, juntamente com os atravessamentos cotidianos, no sentido da própria existência como mulher, dentro de uma estrutura de poder patriarcal, racista, sexista, branca e heterossexual. Para Ribeiro “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de existir” (RIBEIRO, 2017, p. 37).

**3.1 Feminicídio, Genocídio e Pandemia: uma conversa com Angela Davis**

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=SMmstHbw2BA>

Nesta *live streaming,* Ceane Simões, do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Experiências Transdisciplinares (Lepete), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e seu coletivo conversam com a filósofa, escritora, professora e ativista política pelos direitos da população negra e das mulheres, Angela Davis. A mediadora contextualiza a importância histórica do encontro com Davis para o estado do Amazonas e para o Brasil, pela sua luta histórica e pelo contexto de pandemia em que a troca de experiências, conhecimentos, sentimentos e solidariedade entre países é de extrema relevância. Foram diversos os temas debatidos: a naturalização do racismo; invisibilização social e vulnerabilidade de populações negras, pobres, indígenas e encarcerados no Brasil; luta antirracista nos EUA após a morte de George Floyd; violência policial; movimento #vidasnegrasimportam; abordagem interseccional dos feminismos como estratégia de luta e resistência; e violências e opressões contra a mulher na pandemia. Para a nossa reflexão neste texto fazemos o recorte no último tema.

Kátia Brasil (Amazônia Real) destaca que tanto cientistas, quanto a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentam dados mostrando que crianças e mulheres são as populações que mais sentem os efeitos da pandemia, dialogando com o feminismo decolonial[[3]](#footnote-3) e as desigualdades sociais do capitalismo neoliberal. A jornalista destaca as imagens mais representativas a ela durante a fase inicial da pandemia: mulheres brancas correndo aos supermercados para comprar papel higiênico e álcool em gel; corpos de pessoas em sacos pretos depositados nos corredores dos hospitais e em enfermarias ao lado de pessoas vivas em tratamento e profissionais mulheres (enfermeiras, médicas e serviços gerais) perplexas, sem saber o que fazer com os corpos; abertura de valas comuns nos cemitérios para enterros coletivos de pessoas pobres que não tiveram direito a um funeral (mulheres negras, homens negros, povos indígenas); violência doméstica e feminicídio crescente a partir de março; mulheres nas filas de bancos para receber o auxílio emergencial para subsidiar o direito de ficar em casa, na maioria dos casos sem êxito; mulheres empregadas domésticas trabalhando sem receber máscaras de proteção. Assim, pergunta a Davis: pode compartilhar conosco quais foram as imagens marcantes a você nos EUA?

Davis destaca a importância de discussões trasnacionais, neste momento de pandemia. Para a autora a pandemia global vai além da COVID/19, porque a violência doméstica contra mulheres é pandêmica, a violência policial é pandêmica e o racismo também é pandêmico. E, isso, tem a ver com a natureza da democracia, pois a ideia do conavírus vai além do que é a própria doença. As comunidades pobres são as mais afetadas e, ao mesmo tempo, há um discurso de que a pandemia vai fazer com que as pessoas se tornem mais humanas, mas são as populações negras e pobres que estão saindo para trabalhar e as comunidades indígenas que estão sendo mais afetadas. A ideia do “fique em casa” não cabe para essas populações e para as mulheres que são empregadas domésticas propensas a serem contaminadas, são as pessoas de cor que estão morrendo mais. Isso nos mostra todas as formas do patriarcado que, nestas circunstâncias, está sendo devastador. Para Davis, a primeira imagem deste momento de pandemia é a das pessoas indo para as ruas lutar contra o racismo, o patriarcado e reivindicando mudanças radicais; e a segunda imagem, é a da violência policial contra a população negra. Como mudar o mundo? Fazendo o que estamos fazendo, falando sobre feminismo decolonial, gênero, raça, classe, desigualdades sociais e capitalismo neoliberal, ainda que para pequenos grupos, o importante é a consciência mais profunda destas questões, mesmo sem atenção da mídia.

Joana Maria Pedro (UFSC) contextualiza que a pandemia tem seguido hierarquias sociais e exposto os diversos problemas da sociedade brasileira pelo viés de raça, classe e gênero. No caso de classe e raça tem provocado mais mortes de pessoas que vivem em periferias em extrema precariedade. Na intersecção entre raça, classe e gênero a pandemia sobrecarrega as mulheres de maneira geral, principalmente as negras e pobres que criam sozinhas seus filhos e precisam trabalhar para sobreviver. As crianças sem ir para a escola ou creche precisam ser cuidadas pelas avós, e estas, mesmo sendo do grupo de risco cuidam as crianças, na maioria dos casos, por serem aposentadas possuem o único rendimento fixo da família. Que políticas públicas podemos reivindicar para reduzir o impacto da pandemia a estas mulheres?

Davis diz que trata-se de uma falha estrutural do capitalismo global, que afeta as populações que mais precisam de educação, saúde, moradia e alimentação e os sistemas públicos não conseguem responder a estas necessidades, principalmente junto às comunidades mais pobres. Para a autora, é preciso erradicar o capitalismo racial, pois quem mais sofre com isso são as mulheres negras e as crianças, pois o capitalismo vai se preocupar primeiro com o que é rentável e depois com o ser humano. Davis destaca, ainda, o papel de mulheres jovens que estão construindo comunidades de lutas e inspirando o mundo, ressaltando a luta de Marielle Franco no Brasil, que trouxe para a discussão problemas como racismo, homofobia, capitalismo e violência, ressaltando que são mulheres como ela que nos trazem esperança.

O encontro foi encerrado com o poema “Vozes Mulheres”, de Conceição Evaristo, do qual trazemos uma paráfrase, seguida de um excerto os quais retratam as violências e opressões históricas contra as mulheres, bem como retratam as suas lutas e resistências - a voz da minha bisavó (nos porões do navio), da minha vó (obediência aos brancos donos-de-tudo), da minha mãe (no fundo das cozinhas alheias debaixo das trouxas roupagens sujas dos brancos), a minha (ecoa versos perplexos de/com rima de sangue e fome) e a da minha filha - que:

[...] recolhe todas as nossas vozes

recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

[...] recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem - o hoje - o agora (EVARISTO, 2008).

As vozes ecoadas nestes versos, somadas as vozes de outras mulheres negras, indígenas, quilombolas e pobres do nosso país, expressam as dores das desigualdades, das injustiças sociais e das violações de direitos sofridas historicamente, mas sobretudo, expressam a força e a potência dos movimentos feministas que povoam as ruas e dos ciberfeministas que habitam as redes sociais e juntos habitam o mundo.

**3.2 Feminismo Negro e Educação Popular com Djamila Ribeiro**

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=L1iby16YcmE>

Este encontro foi realizada por representantes dos cursinhos populares: Lélia Gonzalez; TRIU; Maloca Arte e Cultura; Colméia e Marielle Franco, as mediadoras conversam com a filósofa Djamila Ribeiro sobre feminismo negro e educação popular. Dentre os tantos temas debatidos, destacamos para dialogar neste texto, as questões de gênero, raça e classe compreendidas pela autora como interseccionalidade[[4]](#footnote-4), no contexto das desigualdades históricas sofridas por mulheres.

Ribeiro ressalta que, para a compreensão do lugar social da mulher negra no contexto do trabalho e dos direitos trabalhistas, é necessário entender que o emprego doméstico no Brasil tem uma relação direta com a escravidão, mulheres negras no pós abolição não foram incluídas de fato na sociedade brasileira. Elas saíram da condição de escravas para a condição de empregadas domésticas e, hoje, somam em torno de sete milhões de empregadas domésticas que não são contempladas com políticas públicas para romper com o ciclo de exclusão.

Segundo a autora, no âmbito do feminismo negro, Lélia Gonzalez e Luiza Bairros trazem a empregada doméstica como figura importante para se questionar raça, gênero e classe no Brasil, pois, historicamente ela é a mulher negra, figura invisível, que vive a relação da desigualdade, com um misto de afeto, mas está sempre na cozinha ou no quarto de empregados, não é reconhecida socialmente. Entender que a mulher negra é atravessada pelas questões de raça, classe e gênero de maneira diferente, é entender como a nossa sociedade foi estabelecida e como a opressão dessa mulher mantém essas hierarquias. Quando há a universalidade das categorias como gênero, raça e classe, as mulheres negras, que estão na base da pirâmide, não têm as suas realidades contempladas, pois elas sofrem de maneira diferente as opressões. E estas opressões agem de forma conjunta, colocando estas mulheres em um lugar de maior vulnerabilidade, então não deve ser uma questão de escolha, de qual opressão iremos combater.

Por exemplo, se não pensarmos a maternidade como uma questão de raça, que historicamente fez com que mulheres negras escravizadas não tivessem o direito de vivenciar a sua maternidade, porque seus filhos foram vendidos como mercadorias e elas foram obrigadas a cuidar dos filhos das senhoras; se não levarmos em conta que depois da abolição essa lógica perdurou na casa das famílias brancas, com as mulheres negras e pobres como empregadas domésticas; se não levamos em consideração que as mães negras e pobres têm que enterrar seus filhos que são assassinados, num país extremamente violento com jovens negros como o Brasil; não estaremos, de maneira alguma olhando raça, gênero e classe como estruturas que atravessam a vida dessas mulheres, ou seja, como dimensões da interseccionalidade.

[...] precisamos desagregar os dados de raça e gênero e ter certeza de que sabemos diferenciar o que está acontecendo em função de questões raciais e em função de questões de gênero. [...] Só assim a discriminação intersecional deixará de ser uma causa de desproteção para as mulheres. Só assim as discriminações racial e de gênero serão mais corretamente redirecionadas com o objetivo de garantir soluções mais eficazes. A intersecionalidade oferece uma oportunidade de fazermos com que todas as nossas políticas e práticas sejam, efetivamente, inclusivas e produtivas (CRENSHAW, s.d., p. 16).

Para Ribeiro, a interseccionalidade entre raça, classe e gênero deve ser pensada em todas as políticas públicas, e neste momento de pandemia, a questão fica mais evidente, pois a população negra é a que mora em casas de um único cômodo com várias pessoas, logo não tem como fazer o distanciamento social; vive em áreas que não possui saneamento básico e nem água e, por isso, não tem condições de higiene adequada; não possui atendimento público à saúde, portanto, a que mais morre segundo a agência pública. Esta população é a que mais sente o peso das opressões, então, para pensar um modelo alternativo de sociedade é necessário considerar essas questões de maneira conjunta, interseccional, como questões que estruturam todas as relações em sociedade.

**3.3 Uma *Live* Anti-racista! André Trigueiro Djamila Ribeiro**

Link: <https://www.youtube.com/watch?v=HJZDo8V8Wf4>

André Trigueiro conversa com a autora do livro seu livro “O que é lugar de fala?”, Djamila Ribeiro, sobre os temas lugar de fala; colorismo; derrubada de estátuas de racistas do passado; protestos antirracistas nos EUA e no Brasil; desigualdade racial no Brasil; violações de direitos, opressões e violências contra a mulher. A nossa ênfase, neste texto, é na compreensão sobre lugar de fala.

Trigueiro pergunta a Ribeiro se pessoas brancas têm “lugar de fala” para discutir racismo, recuperando a afirmação de Silvio Almeida, na participação no Roda Viva (TV Cultura), de que “sem os brancos não é possível superar o racismo”. Ribeiro ressalta que o tema gerou polêmica nas redes sociais por parte de algumas pessoas, porque discutir lugar de fala é discutir lugar de poder. Para a autora, lugar de fala não tem a ver com o que cada um pode ou não falar, ou seja, o que é interdito ou autorizado. Pensar lugar de fala é primeiramente refutar o interdito, o que já está posto, por exemplo, na Filosofia e na História só estudamos referências de homens brancos europeus, não porque estes autores são mais inteligentes e geniais, e sim, porque existe uma sociedade estruturada em desigualdades que não permitem que homens e mulheres negras tenham as mesmas oportunidades, isso é discutir lugar de fala. É desvelar processos históricos que criam hegemonias que são naturalizadas, não são entendidas como uma construção social, que faz com que em espaços acadêmicos não se tenha lugar para Zélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Achille Mbembe, Abdias do Nascimento e uma série de autores negros importantes, isso significa que já tem um interdito.

Discutir lugar de fala é discutir a partir do lugar social construído historicamente. Pessoas brancas vêm de um lugar social construído na base da opressão de outros grupos e com uma série de oportunidades e privilégios sociais, que também geram o privilégio epistêmico. Já as pessoas negras, mais especificamente mulheres negras, partem de um lugar social em que as oportunidades foram historicamente restringidas, tiveram menos oportunidades e nenhum privilégio, consequentemente as produções, as vozes e visões de mundo destas mulheres são invisibilizadas. Desnaturalizar essa hegemonia, perceber que se trata de uma hierarquia construída historicamente e localizada socialmente é reconhecer que estas mulheres têm lugar de fala. E pessoas brancas reconhecerem que estão localizadas num lugar de privilégios, oportunidades e benefícios faz com que elas tenham o dever de falar sobre racismo e de entender seus impactos na sociedade. É importante que pessoas brancas questionem o que é branquitude, porque, como diz Grada Kilomba, é necessário discutir branquitude como metáfora do poder. A discussão de *“critical whiteness”,* na Alemanha, nos EUA e no Brasil, é fundamental para se compreender esses processos históricos de como o racismo é construído socialmente.

Para Ribeiro, tais questões levam o feminismo negro a refutar uma visão universal de mulher, como quis o movimento feminista hegemônico, pois somos várias mulheres, partimos de vários lugares sociais. Em 1841 quando Sojouner Truth, fez o discurso na convenção do direito das mulheres em Ohio, “e eu não sou uma mulher?”, ela estava questionando o lugar social da mulher negra, ela olhava a realidade das mulheres do movimento sufragista e questionava o seu lugar social:

[...] Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? [...]. Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (Sojourner Truth apud RIBEIRO, 2017, p. 13).

Ribeiro diz que, por mais que não a entendamos como feminista, Truth foi muito importante para as feministas negras, a própria bel hooks deu o título ao seu primeiro libro “e eu não sou uma mulher?”, em 1981, para questionar a reprodução do discurso do poder e hierarquizar vidas, ou eleger quais sujeitos serão representados, não levando em consideração a realidade de mulheres negras, indígenas, pobres, lésbicas e outras. Se existem mulheres negras, o movimento feminista precisa ser antirracista; se existem mulheres lésbicas, o movimento feminista precisa ser lgbtqfóbico; e assim por diante, para não criarmos hierarquias com aquelas mulheres que são atravessadas por outras identidades, e não invisibilizar o seu lugar de fala. Ribeiro diz que, tanto Lélia Gonzalez, quanto Patrícia Hill Collins, vão afirmar que a mulher negra parte de um lugar de fala diferente, pois vivencia gênero de forma diferente da mulher branca, bem como vivencia raça de forma diferente do homem negro.

Ribeiro esclarece que, quando tratamos de lugar de fala de mulheres negras que têm suas vidas atravessadas por raça, classe e gênero, estamos falando do seu lugar social. O racismo é estrutural, assim como o capitalismo, sexismo, machismo, patriarcalismo e igualemente geram opressões que estruturam a sociedade, por isso, não podemos pensar estas opressões de modo separado. Para Lélia Gonzalez, não pensar raça como estrutura perde-se a sua potência, isso significa lançar um olhar interseccional ao problema, pois as mulheres são travessadas por diversas identidades. A partir deste lugar social, estas mulheres compartilham experiências de não acesso à educação de qualidade, alta taxa de natalidade materna, feminício, alta taxa de encarceramento, e estas não são experiências individuais, e sim de grupos, então o debate é estrutural.

 A autora diz que a mulher negra vai viver no lugar da dor, porque vive numa sociedade violenta, mas como ensina Lélia Gonzalez, vai também viver no lugar da luta e da resistência, em espaços como a academia, na autoria de livros, no candomblé e em outros tantos modos de existência e humanidade. Por isso, é importante e necessário que mulheres falem, escrevam, pautem e “saiam do lugar” historicamente construído, para legitimar o lugar de outras possibilidades de existência que é também seu lugar de fala.

**4 Considerações finais**

É necessário cada vez mais forjar espaços para o empoderamento de mulheres, reivindicação de suas pautas, ressignificando valores e desenvolvendo a participação ativa e crítica, com debates que dialoguem com as desigualdades que permeiam as relações de gênero também na educação, percebemos isso com as práticas ciberfeministas no *Instagram* com *live* *streaming.* A ocupação desses espaços promove mudanças, remodela e desafia coletivos de mulheres a repensar estratégias de atuação, papéis, repertórios de mobilização, modos de engajamento e de produção de saberes sem fronteiras geográficas e espaciais e possibilitam a representação de valores e interesses.

Práticas ciberfeministas em redes sociais suscitam multiletramentos compreendidos como múltiplos, heterogêneos e multifacetados. Nestas práticas sociais emergem, com força e intensidade, informações e conhecimentos na interação e mediação feita entre as praticantes culturais e seu público. Portanto, são espaços e tempos conectados por uma rede técnica e humana que possibilita criar, colaborar e compartilhar experiências e saberes críticos para a compreensão e enfrentamento da realidade social.

Compreender tais fenômenos como mediadores de conhecimentos construídos por mulheres e que contribuem para práticas críticas é fundamental, por isso, situamos estes espaços nas redes sociais, como lugares de práticas sociais que mobilizam um conjunto de conhecimentos, circunstanciados pelo contexto sócio histórico do discurso e das condições de produção, campo de possibilidades, aprendizagens, criações e autorias. Tais questões mostram a relevância de práticas ciberfeministas para desconstruir novos modelos de vida em sociedade, buscando um olhar crítico às raízes históricas e culturais do racismo, patriarcalismo e machismo que estruturam as relações de poder e opressão, que geram violências e que se tornaram mais evidentes durante a pandemia, situando o lugar de fala destas mulheres, para pensar práticas que possam se instituírem como possibilidades de construção de novas experiências sociais.

As práticas ciberfeministas nos mostram que há um esforço para tornar possível a compreensão sobre um olhar em conjunto para as questões de gênero, raça e classe para o entendimento interseccional das desigualdades históricas sofridas pelas mulheres negras que vivenciam gênero de modo diferente da mulher branca e vivenciam raça de modo diferente do homem negro, para que assim, seja possível pensar em políticas públicas específicas a estas mulheres.

Como pudemos perceber as práticas cotidianas de mulheres nas redes sociais, são espaços e tempos forjados por subjetividades e coletividades e estas praticantes culturais operam para “inventar a sua própria liberdade para criar para si um espaço de movimentação” (CERTEAU, 1998, p. 7) e são, portanto, espaços potentes à reivindicação de seus lugares de fala.

Com isso, fica evidente que as mulheres constituem a parcela da população que mais sofre violências, violações de direitos e opressões; que possui diversas identidades e atravessamentos; que compartilha experiências diferentes de acesso a políticas públicas à saúde, habitação, educação, bens materiais e culturais, e a compreensão destas dimensões, é imprescindível para reconhecermos e legitimarmos o seu lugar de fala no contexto social.

**Referências**

AMAZONAS, Universidade Estadual do. **Feminicídio, Genocídio e Pandemia: uma conversa com Angela Davis** - Conversas Impertinentes #9. 2020. TV Lepete. Youtube. Acessível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SMmstHbw2BA> Acesso em: 05 de junho de 2020.

ARDOINO, Jacques. BARBIER, René. Abordagem multirreferencial plural das situações educativas e formativas. In BARBOSA, Joaquim Gonçalves. **Multirreferencialidade nas ciências e na educação**. São Carlos: EdUFSCar, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança*:***movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Susana. Feminismo Decolonial. Princípios: **Revista de Filosofia.** Natal, v. 27, n. 52, jan-abr. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** artes de fazer. Editora Vozes: Petrópolis, 1998.

CRENSHAW, Kimberle. **A Intersecionalidade na Discriminação de Raça e Gênero.** Cruzamento: raça e gênero. Painel 1 Acessível em: [file:///C:/Users/home/Documents/1%20POS%20DOC%20prioridade/POS%20DOC%20leituras/Cl%C3%A1ssicos%20FEMINISMOS/16%20Kimberle-Crenshaw%20Diferentes%20tipos.pdf](file:///C%3A%5CUsers%5Chome%5CDocuments%5C1%20POS%20DOC%20prioridade%5CPOS%20DOC%20leituras%5CCl%C3%A1ssicos%20FEMINISMOS%5C16%20Kimberle-Crenshaw%20Diferentes%20tipos.pdf) Acesso em: 20 de julho de 2020.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos.** Rio de Janeiro: Malê, 2008.

HARAWAY, Donna J. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Antropologia do Ciborgue:** as vertigens do pós-humano. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HENNIG, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Dossiê Desigualdades e Interseccionalidades. **Mediações.** Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A pesquisa e o acontecimento:** compreender situações, experiências e saberes acontecimentais. Salvador: EDUFBA, 2016.

MARTIN-BARBERO. Jesús. **Ofício de Cartógrafo:** travessias latino-americanas da comunicação na cultura.São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PEREIRA, Máira Conceição Alves. **Redes Educativas no Terreiro Ilè Omidayè:** uma pesquisa com os cotidianos na cibercultura. Tese de Doutorado. Universidade do estado do rio de Janeiro, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?.** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Edméa. #livesdemaio... Educações em tempos de pandemia. **Revista Docência e Cibercultura**. Online. 2020.

SANTOS, Rosemary; SANTOS, Edméa O. Cibercultura: redes educativas e práticas cotidianas. **Revista Eletrônica Pesquiseduca,** Santos, v. 4, n. 7, p. 159-183, jan./jul. 2012.

SANTOS, Edméa. Educação Online para além da EAD: um fenômeno da cibercultura. SILVA, Marco. PESCE, Lucila. Zuin, Antônio. **Educação online: cenário, formação e questões didático-metodológica.** Rio de Janeiro, Wak Ed, 2010.

SÃO PAULO. Cursinho Popular Lélia González. **Feminismo Negro e Educação Popular com Djamila Ribeiro,** *Instagram* @cursinhopopularleliagonzalez. Acessível em:<https://www.youtube.com/watch?v=L1iby16YcmE> Acesso em 05 de junho de 2020.

STREET, Brian. **Letramentos sociais:**abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TRIGUEIRO, André. **Uma Live Anti-racista! André Trigueiro Djamila Ribeiro.** Youtube. Acessível em <https://www.youtube.com/watch?v=HJZDo8V8Wf4> Acesso em: 05 de junho de 2020.

1. Professora Adjunta do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE). Mestre e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com doutoramento sanduíche pela Universidade Aberta (UAb) PT. Membrodo Laboratório de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação na Educação (LêTECE) e Docência e Cibercultura (GpDoc)/UFRRJ. Pós-doutoranda em Educação na UFRRJ. Email: terezinha.ufmt@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Professora Titular-livre da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGDUC) e do Programa de Pós-graduação em Educação da UERJ (PROPED). Mestre, Doutora e Pós-doutora em Educação. Professora convidada no Mestrado em Pedagogia do *e-learning* UAb PT. Líder do grupo de Pesquisa Docência Cibercultura (GpDOC). Email: edmea.baiana@gmail.com [↑](#footnote-ref-2)
3. A proposta do feminismo decolonial é romper com qualquer noção de ponto de partida universal comum, abstrato, para o feminismo. Primeiro, não é possível falar em nome da mulher em abstrato, como propõe o feminismo tradicional, já que a experiências de vida e de história das mulheres são culturalmente diferenciadas. Segundo, por baixo do machismo ainda há uma outra opressão, mais violenta e que lhe serve de base, o racismo colonial. Seguindo sua fundadora, a argentina Maria Lugones (2008), o feminismo decolonial mostra que as sociedades pré-colombianas não estavam sujeitas à mesma divisão sexual de tarefas que a europeia e como consequência dessa situação histórica, seus descendentes nos chamados países periféricos, ex-colônias, herdam estratégias de vida e de sobrevivência, hábitos e formas de sociabilidade, diferentes da norma eurocentrada (CASTRO, 2020, p. 215). [↑](#footnote-ref-3)
4. Henning (2015, p. 102-103) destaca que interseccionalidade é uma noção cunhada em 1989, pela teórica feminista Kimberlé Crenshaw, em princípio como uma metáfora e depois como uma categoria provisória (1991) para falar da interação entre diferentes formas de opressão, embora “[...] a preocupação em entrelaçar distintas formas de diferenciações sociais (e de desigualdades) é bem anterior, e um de seus marcos simbólicos tem sido visto como as contribuições do influente manifesto de 1977 do Combahee River Collective10. Tratava-se de um coletivo de feministas negras e lésbicas baseado em Boston, entre 1973 e 1980, o qual defendia uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismos, heterossexismos e exploração por classe social [...]”. [↑](#footnote-ref-4)